

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/7/2022

Às 10h16min, comparecem à reunião os deputados André Quintão e Carlos Pimenta e, remotamente, Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* das Sras. Maria de Jesus, de Itamarandiba, que pede à Comissão de Saúde que fiscalize a atenção básica do município, pois um familiar que sofreu acidente tem atendimento e exames negados, desde 2015; Ana Paula Moura, relatando a precariedade do Ipsemg, onde há falta de leitos, o prédio está precisando de reforma e há pouquíssimos elevadores; Mariana de Oliveira Castro, odontopediatra em Belo Horizonte e região metropolitana, solicitando a atenção da comissão para a saúde bucal infantil, propondo medidas de atendimentos preventivos, pois existe um quadro preocupante no pós-pandemia com crescimento de casos de bruxismo em crianças de 6 a 12 anos, adolescentes com episódios de gengivite aguda evoluindo para periodontite, pacientes com diagnóstico de TEA (transtorno do espectro autista) regredindo até mesmo para a perda dentária antes dos 18 anos; Lucienne de Castro e do Sr. Deniz da Conceição, relatando a falta de medicamentos na Farmácia de Minas, em especial a vacina Leuprorrelina; e dos Srs. Eduardo Antônio Dias, relatando dificuldades com o serviço médico de urgência – SMU – do Ipsemg com ambiente lotado, barulhento e inapropriado para pessoas que não estão se sentindo bem, além da falta de trabalhadores agravada no horário da troca de plantão; Mateus Henrique Costalonga Amorim Alves, relatando que o Hospital Regional do Sul de Minas, em Varginha, mesmo recebendo emendas de deputados, conta com estrutura precária, como cadeiras e poltronas quebradas, macas muito velhas, além da falta de insumos, como frauda geriátrica e solicita que a comissão verifique a possibilidade de ajudar o hospital a renovar sua mobília e equipamentos, para que seja prestado um atendimento digno a população; Júlio César de Moura Gavião, relatando a falta de conhecimento dos médicos sobre o lúpus eritematoso, que não tem cura e é fatal. Comunica também o recebimento de ofícios dos Srs. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, encaminhando o 3º Relatório Detalhado do último quadrimestre de 2021 e o Relatório do 1º quadrimestre de 2022, resumo; e do deputado Carlos Pimenta, informando sua participação em audiência pública na Câmara Municipal de Governador Valadares em 21 de junho para debater a conclusão das obras do Hospital Regional. A seguir, comunica o

recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Jussara Griffo, da Secretaria de Administração e Finanças do Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais (9/6/2022); e do Srs. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino (25/6/2022); Jordani Campos Machado, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais – Sinmed-MG (6/7/2022); e Fábio Baccheretti Vítor (2), secretário de Estado de Saúde (1º/7/2022). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.148/2019 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado André Quintão); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.953/2018 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Wilson Batista); e 2.050/2020 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.051/2019 (relator: deputado João Vítor Xavier), e 2.791/2021 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Carlos Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.055, 11.246, 11.247, 11.258 a 11.260, 11.305, 11.306, 11.310, 11.311, 11.335 e 11.339 a 11.442/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.507/2022, da deputada Leninha e do deputado João Vítor Xavier, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a contaminação de famílias, incluindo adultos e crianças, nas comunidades de Aranha, Melo Franco e outras, no Município de Brumadinho, por chumbo, arsênio, manganês, mercúrio e cádmio em razão da atividade mineraria e dos crimes cometidos pela Vale;

nº 12.601/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo de Apoio e Tratamento da Dor pelos relevantes serviços prestados relativos à dor crônica desde 2011, no Município de Juiz de Fora;

nº 12.612/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer a realização de consulta pública sobre a instituição da Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia, para fins do disposto na Lei nº 22.858, de 2018, e no art. 79, XVIII, do Regimento Interno;

nº 12.613/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer a realização de consulta pública sobre a instituição do Dia Estadual de Promoção da Saúde Única, para fins do disposto na Lei nº 22.858, de 2018, e no art. 79, XVIII, do Regimento Interno;

nº 12.714/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a revisão da idade máxima para cadastro de pessoas que se enquadram no perfil de doadores de medula óssea, estabelecida pela Portaria nº 685/2021, do Ministério da Saúde, esclarecendo que se encontra em vigor em Minas Gerais a Lei nº 20.835/2013, de sua autoria, que determina a idade máxima em 55 anos, prazo bem maior do que o estipulado pela referida portaria, que limitou a idade máxima para o cadastro em apenas 35 anos, diminuindo significativamente a possibilidade de inscrição de doadores nesse banco de dados e, conseqüentemente, o potencial salvamento de vidas;

nº 12.783/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de providências com vistas a que seja dado o devido apoio à Santa Casa de Belo Horizonte, considerando-se o incêndio sofrido por essa instituição responsável por cuidar da saúde de muitos mineiros, à doação de equipamentos médicos e à realização de termo de cooperação para reconstruir o que foi destruído.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

Doutor Wilson Batista, presidente – Fernando Pacheco – Doutor Paulo.

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/8/2022

Às 10h5min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício da Câmara Municipal de Bom Despacho (4/8/2022); e dos Srs. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (21/6/2022); e Sérgio Luiz Soares de Souza Costa, secretário Nacional de Segurança Hídrica e secretário-executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (11/8/2022). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.104/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam convocados, para o respectivo curso de formação, os candidatos excedentes do concurso CFO CBMMG 2022, Edital 10/2021, visando a redução do comprovado déficit de efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado;

nº 13.105/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam convocados, para o respectivo curso de formação, os candidatos excedentes do concurso CFO PMMG 2022, Edital DRH 9/2021, visando a redução do comprovado déficit de efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado;

nº 13.106/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam convocados, para o respectivo curso de formação, os candidatos excedentes aprovados no concurso para Delegado de Polícia, Edital 01/2021, visando a redução do comprovado déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado;

nº 13.107/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam convocados, para o respectivo curso de formação, os candidatos aprovados e que se encontram no cadastro de reserva do concurso para o quadro de Oficiais de Saúde – QOS – do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Edital 2/2020, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado, uma vez que o último concurso para esse quadro foi realizado no ano de 2012;

nº 13.108/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam convocados, para o respectivo curso de formação, os candidatos excedentes aprovados no concurso para Investigador de Polícia I, Edital 05/2021, visando a redução do comprovado déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado;

nº 13.109/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam convocados, para o respectivo curso de formação, os 11 candidatos excedentes aprovados no concurso público para o cargo de perito criminal, Edital nº 3/2021, visando a redução do comprovado déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado;

nº 13.111/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja fornecida ao Sr. Sebastião Vieira Fagundes certidão completa de tempo de contribuição previdenciária, a fim de viabilizar sua obtenção de benefício junto ao INSS;

nº 13.112/2022, do deputado João Leite, em que requer seja formulado voto de congratulações com as peritas criminais Beatriz Cristina da Silva Ferreira, chefe da Divisão de Perícia do Interior, e Daniella Rodrigues Caldas Leite, chefe da Divisão Técnico-Científica da Superintendência de Polícia Técnico-Científica – SPTC – pelos excelentes trabalhos desempenhados no âmbito da perícia criminal em Minas Gerais;

nº 13.115/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que se apure denúncia relacionada à prestação de serviços de brigada profissional na região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste do Estado que não estaria credenciada junto ao Corpo de Bombeiros, em desobediência à Portaria nº 50/2020 CBMMG;

nº 13.116/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja restabelecido o acesso do Cb. PM Emerson Ferreira de Andrade à intranet da PM, a fim de viabilizar requerimentos administrativos de contagem de tempo para fins de transferência para a reserva;

nº 13.117/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam fornecidos novos coletes balísticos para os militares lotados na 15ª Companhia de Polícia Militar Independente da 8ª Região de Polícia Militar, em Aimorés, uma vez que, segundo informações, após a cobrança feita por este deputado ao comandante-geral da PMMG, através do Requerimento 12.861/2022, todos os coletes utilizados pelos militares dessa companhia foram recolhidos, inclusive os que estavam dentro do prazo de validade, deixando os policiais militares lotados naquela unidade, desprovidos de tão importante equipamento de proteção individual;

nº 13.127/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência, para a qual sejam convocados a secretária de Estado de Planejamento e Gestão e o secretário de Estado de Fazenda, para debater a recomposição dos quadros de efetivos das forças de segurança pública do Estado, considerando-se o contínuo déficit desses profissionais nos últimos anos.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Centro de Atividades Musicais da Polícia Militar de Minas Gerais realizada em 13/7/2022, que segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Segurança Pública****Local Visitado: Centro de Atividades Musicais da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte****Apresentação**

Em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 12.888/2022, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 13/7/2022, o Centro de Atividades Musicais – CAM – da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, com a finalidade de verificar as condições estruturais das instalações físicas do local, a infraestrutura e a logística da unidade, o efetivo, os equipamentos disponíveis para o exercício da atividade policial especializada e, de modo geral, as condições de trabalho que os policiais militares têm à disposição para o desempenho de suas atividades na referida unidade.

O presidente da comissão, Sargento Rodrigues, realizou a visita com a participação da chefe de atividade musical do referido centro, a Ten.-Cel. Cláudia, e do Ten.-Cel. Eleutério, do Cap. Adriano, do Ten. Eleônio, do Subten. Geter e do Cb. Kainan Belato, todos eles policiais militares do CAM.

Relato

A visita iniciou-se na sala da orquestra sinfônica do CAM, onde os músicos tocavam, sob regência, algumas peças. Ali já foi relatado e pôde ser visualizado um dos grandes problemas estruturais de boa parte das edificações ocupadas pelo centro: as más condições do telhado, ocasionando infiltrações e goteiras, algumas muito grandes. Acerca dos instrumentos utilizados, foi informado que a grande maioria é particular, e não da PMMG, e sua manutenção costuma ser custeada pelos próprios policiais militares músicos.

A Ten.-Cel. Cláudia, ao chegar na parada seguinte da visita, o refeitório, informou estar como chefe da atividade musical do CAM há cerca de um ano e meio. No refeitório, pode-se verificar as condições precárias das instalações físicas, do mobiliário e dos eletrodomésticos, como banheiros desativados, paredes com sinais de mofo, basculantes com alguns vidros quebrados, mesas e cadeiras velhas e com sinais de muito uso, geladeira antiga e com a porta coberta de ferrugem e televisão de tubo. Foi dito que alguns daqueles itens e outros para o consumo diários provêm dos usuários.

A visita seguiu para a sala onde são guardados os instrumentos musicais, quando o presidente da comissão perguntou sobre serem particulares ou não e sobre sua manutenção. A Ten.-Cel. Cláudia explicou que podem ser fornecidos pela PMMG, todavia muitos preferem usar os seus particulares, por serem mais leves, e, quanto à manutenção, disse que alguns são mantidos pelo Estado, em ambos os casos não especificando quantidades ou percentuais. O Cb. Kainan Belato acrescentou: “A chefe do CAM empenha-se em captar recursos, porém nem sempre consegue e, com isso, muitos dos policiais militares músicos desembolsam do orçamento pessoal para tais finalidades, inclusive por se tratar de atividade altamente especializada, que exige atenção constante e específica quanto à conservação (a exemplo das cordas de certos instrumentos) e, em geral, dispendiosa”. O deputado Sargento Rodrigues disse que esses recursos poderão ser viabilizados para o próximo ano pelo Comando-Geral da instituição, já outros poderão advir de emendas parlamentares, asseverando que a visita, ainda que pudesse causar certa estranheza, era amistosa e trará impactos positivos.

Ao ser perguntada sobre o número de militares e agremiações no campo do CAM, a chefe do centro informou hoje haver 38 integrantes na banda, mas o ideal seriam 41 e duas bandas, ou seja, um total de 82 membros, devido à necessidade de se compatibilizar a grande demanda para tocarem em eventos diversos com as férias e as licenças de seus integrantes; 42 instrumentistas e um regente na orquestra, que deveria contar com 60 instrumentistas e dois regentes; e 15 músicos na Academia Musical Orquestra Show – Amos –, cuja composição ideal seriam 21. A Ten.-Cel. Cláudia também esclareceu que as bandas do interior foram desativadas por falta de efetivo e que, no ano passado, foi feito um estudo para fundamentar a solicitação de realização de concurso

para a entrada de policiais militares músicos, porém houve negativa por parte da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag. O presidente da comissão comentou, a esse respeito, que o problema está no Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin –, composto pela Seplag e outras secretarias do Estado, que tem negado várias demandas relevantes para os órgãos da defesa social, em especial as relacionadas ao déficit de efetivo. Falou, também, sobre a realização de acordos e convênios de cooperação firmados com os municípios mineiros, Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps –, outros órgãos estaduais e federais e empresas privadas, a título de mútua cooperação administrativa para o financiamento da área de segurança pública no Estado, avaliando que podem gerar dependência econômica e resultar em subserviência.

Outro tema ali abordado foi a percepção comum acerca da Polícia Militar, pela qual se considera que ela apenas exista dentro do quartel e no estrito sentido do policiamento ostensivo. Contudo, a Ten.-Cel. Cláudia destacou o papel central do CAM: em suas palavras, a música proporciona contato direto com a população em ocasiões de lazer e, com isso, resulta em aproximação social e deixa uma memória afetiva positiva nos cidadãos, constituindo-se numa ferramenta de grande relevância para a instituição na formação de sua imagem, no contato de base comunitária e na prevenção à criminalidade. Até mesmo dentro da própria corporação, alguns só conhecem as agremiações devido às apresentações internas que fazem, não tendo consciência do seu importante papel. O deputado Sargento Rodrigues concordou com essa percepção, afirmando que muitos não têm esse olhar, desprezam essa atividade e até criticam a PMMG por possuir agremiações musicais.

Na sequência, visitou-se a sala da banda do CAM, onde puderam ser constatados problemas estruturais: telhado danificado, ocasionando infiltrações e goteiras, e a presença de umidade; tacos em estado ruim de conservação, muitos deles soltos; mobiliário esparso e antigo; interruptor com sinais de início de curto-circuito; uma parede com grande parte em reboco e muitas rachaduras, devido a acidente acontecido há cerca de dois anos, quando um carro a atingiu; e inexistência de tratamento acústico. Quanto a esse aspecto, a Ten.-Cel. Cláudia manifestou sua preocupação sobre a salubridade dos músicos que ali ensaiam e disse que a situação do prédio é praticamente a mesma desde 1983, quando ela entrou na academia. Informou, contudo, já haver orçamento para reparos no telhado e ter sido feita a poda de um abacateiro próximo à edificação, que o danificava.

O ponto seguinte visitado foi o vestiário masculino para cabos e soldados do CAM. Mesmo com a parte do banheiro em ótimas condições e sinais de reforma e melhorias recentes (obra feita com recursos de emenda parlamentar do próprio deputado Sargento Rodrigues), a situação dos escaninhos chamou a atenção: quebrados, infiltrados, mofados, sem trancas adequadas e alguns empilhados e entortados, sem possibilidade de uso. O teto também foi objeto de observação: além de ter sinais de infiltração e umidade, assim como as paredes, possuía uma enorme abertura na parte lateral próxima à entrada e em cima dos escaninhos empilhados, tendo sido dito que, quando há chuva, também chove lá dentro e o chão fica alagado, fazendo com que alguns molhem os pés ao utilizarem essas instalações e fiquem com os pés encharcados durante todo o dia. Em face desses comentários, foram anotadas algumas pontuações: da Ten.-Cel. Cláudia sobre o desconhecimento de alguns militares da base acerca do tempo necessário, na esfera administrativa, para que as demandas sejam atendidas e as melhorias implementadas; e do Cap. Adriano acerca da necessidade de observância à hierarquia inerente à PMMG, inclusive para o encaminhamento de reclamações.

Ainda no vestiário, o presidente da comissão, citando exemplos de más condições em outras unidades dos órgãos da defesa social do Estado por ele visitadas, asseverou que isso não acontece em outras esferas, como na própria Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas e no Ministério Público de Minas Gerais, sendo inadmissível esse abandono do Executivo estadual em relação à situação dos servidores da segurança pública. Todavia, reiterou que a visita era cordial e visava gerar resultados positivos, sendo o objetivo de sua atuação parlamentar ser sempre propositiva.

Já nas instalações da administração do CAM, a Ten.-Cel. Cláudia explicou pormenorizadamente toda a estrutura do centro, seu funcionamento e gestão, a qual segue o formato dos procedimentos da PMMG. Detalhou, também, as atividades das agremiações do CAM, com riqueza de exemplos tanto da atuação em eventos internos da academia – cerca de 70% das apresentações – quanto

externos, em atendimento a solicitações e solenidades diversas, como a da Exposição Brasileira do Agronegócio do Leite – Megaleite –, a da celebração do aniversário do Batalhão de Operações Policiais Especiais – Bope – e as de posse do governador do Estado, enfatizando que tudo isso envolve muito preparo e dedicação, composições e ensaios, além dos deslocamentos até onde irão tocar, da montagem e do preparo necessários nesses locais e das performances em si. As escalas de trabalho do CAM são, então, desenhadas considerando-se essas particularidades, aí incluídos eventos noturnos, buscando-se respeitar o previsto na legislação.

Mas um dos principais problemas, segundo a Ten.-Cel. Cláudia, é o Batalhão MetrÓpole¹, haja vista os policiais militares músicos estarem sendo empenhados, para além de sua rotina habitual, em atividades administrativas da corporação, sendo hoje o CAM a maior tropa do MetrÓpole. Isso tem resultado em cargas horárias e jornadas excessivas. Além disso, os policiais militares músicos veem prejudicado o seu ofício e sua vocação e, dada a sobrecarga de trabalho e sua inaptidão para esse tipo de empenho (pois seu trabalho operacional é com música), naturais são os processos de adoecimento e absenteísmo. Para a chefe do CAM e também segundo o Cap. Adriano, é necessário entender que o instrumento é, para esses policiais, o equivalente à arma para os demais, em termos de identificação, de treino e prática e também de eficácia, pelo já dito sobre o papel da música na imagem e no alcance da corporação).

Outro ponto correlacionado, destacado pela Ten.-Cel. Cláudia, refere-se ao efetivo: além da composição aquém do ideal da banda, da orquestra e da Amos, conforme anteriormente dito, não há concursos para policiais músicos desde 2015. O impacto disso, para além do déficit, que não consegue ser suprido pela convocação de reformados e convite à participação de civis, como já vem sendo feito, também será sentido nas vacâncias relacionadas aos concursos para oficiais músicos. Ainda segundo a chefe do CAM, já foram realizados estudos específicos e pormenorizados abrangendo todas essas questões, cujos resultados foram entregues ao chefe do Estado-Maior da PMMG.

Acerca dessas questões, o deputado Sargento Rodrigues comentou que recebeu, em seu gabinete, denúncias sobre jornadas de 28 dias sem folgas e sobre antecedência de apenas 48 horas em comunicações para serviço de quatro dias no interior do Estado; e sobre serem os policiais militares músicos do CAM normalmente empregados em outras atividades apenas esporadicamente, como no policiamento de grandes eventos, mas que, após o início da pandemia de covid-19, o Batalhão MetrÓpole passou a empenhá-los como se fossem da área administrativa, corroborando a percepção da Ten.-Cel. Cláudia sobre a inadequação dessa prática, haja vista serem da esfera operacional (sendo a atividade musical, e tudo o que ela envolve, a sua atividade operacional) e não efetivos da área administrativa, ressaltando que, de imediato, esse empenho corriqueiro do efetivo do CAM pelo Batalhão MetrÓpole tem que cessar. Destacou que a recente Lei Complementar nº 168, de 19/7/2022, que altera o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, ao promover modificações na Lei nº 5.301, de 16/10/1969, trará benefícios para todos os policiais militares no tocante à observância de limites relativos a suas jornadas de trabalho e que o cerne da questão no CAM e na PMMG está no efetivo, assim como em todas as áreas da segurança pública no Estado, sendo esse inclusive o tema do Assembleia Fiscaliza Mais² na Comissão de Segurança Pública.

O Ten.-Cel. Eleutério, expondo sobre certos aspectos orçamentários relacionados ao CAM, avaliou ser urgente priorizar a perenidade dos recursos para a manutenção dos instrumentos musicais, matéria de certa complexidade devido à particularidade de cada um deles e aos trâmites licitatórios, sendo que hoje está sendo trabalhado um contrato com previsão de cinco anos de duração. Foi também dito que a aquisição de instrumentos musicais, devido ao seu alto custo e especificidades, constitui outra matéria complexa. Informou, ainda, já haver previsão orçamentária para a reforma dos telhados de algumas edificações, como alojamentos e sala da banda, porém não há recursos para o restante, como a sala da orquestra.

Alguns aspectos adicionais foram abordados na sala da Ten.-Cel. Cláudia, entre os quais destacamos:

– Os repertórios das agremiações do CAM são distintos, porém todas tocam os ritos militares, como o “Hino Nacional” e “A Granadeira”.

– A banda não tem instrumentos de corda, apenas sopro e percussão; já os da Amos são todos elétricos, e há um vocalista.

– A orquestra do CAM não tem suporte logístico de sonorização para apresentações ao ar livre, e o transporte de alguns de seus instrumentos, devido ao tamanho, requer veículo especial, como caminhão-baú, e por isso às vezes ela se apresenta apenas com meia composição.

– Em 2021, a participação em eventos foi retomada após um intervalo devido à pandemia de covid-19, com 800 apresentações nesse ano, e, em 2022, com cerca de 400, até o momento.

– A banda é a agremiação mais solicitada e utilizada em solenidades, inclusive nas da própria academia, constituindo o grande gargalo do CAM.

– Os policiais militares do CAM ali ficam por 30 anos, e não apenas os quatro anos da academia, localizada no mesmo endereço.

– Atualmente há uma sala de ginástica para os policiais militares do CAM, haja vista necessitarem de atenção especial quanto à atividade e ao preparo físicos, seja por naturalmente se dedicarem apenas a ensaios e instrumentos, seja porque alguns instrumentos serem pesados ou causarem desvios posturais.

– A questão do efetivo do CAM, sua seleção e seu empenho em atividades distintas esbarra na centralidade do perfil profissiográfico dos policiais militares que são também músicos.

– Os empenhos do efetivo do CAM pelo Batalhão MetrÓpole às vezes são supridos por policiais militares do centro que se voluntariam, sendo que também ocorrem para cidades que não a capital, casos em que são pagas diárias.

– Sempre são respeitados os intervalos entre um e outro empenho, seguindo as regras internas da corporação, que são distintas das trabalhistas.

Ao final da visita, o presidente da Comissão de Segurança Pública solicitou à Ten.-Cel. Cláudia a maior previsibilidade possível quanto às escalas de trabalho e empenhos dos policiais militares músicos do CAM. Contudo, ela ponderou que muitas das situações com as quais ela lida são imprevisíveis. Além disso, o deputado Sargento Rodrigues, esclarecendo não poder assumir a destinação de muitos recursos para o CAM, comprometeu-se a destinar parte das emendas impositivas de seu mandato ao planejamento e ao orçamento públicos do Estado para a compra de escaninhos novos para o vestiário e equipamentos e utensílios para o refeitório, como já fez para vários destacamentos da PMMG. Quanto às demais carências e demandas verificadas no CAM, informou que faria encaminhamentos ao Comando-Geral da corporação.

Conclusão

A Comissão de Segurança Pública cumpriu o objetivo da visita: verificar, *in loco*, as condições estruturais das instalações físicas do CAM da PMMG, a infraestrutura e a logística da unidade, o efetivo, os equipamentos disponíveis para o exercício da atividade policial especializada e, de modo geral, as condições de trabalho que os policiais militares têm à disposição para o desempenho de suas atividades na referida unidade.

Como desdobramentos da visita, foram feitos encaminhamentos por meio da apresentação de requerimentos³ com o seguinte teor:

– Pedido de providências ao Comando-Geral da PMMG, à Seplog, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria-Geral do Estado para que sejam realizados, em caráter prioritário, concursos para policiais militares músicos, os quais não ocorrem desde 2015, tendo em vista a preocupação quanto à falta de requisitos para o ingresso nos cursos de formação de oficiais militares músicos, a desativação das bandas no interior do Estado e a insuficiência desse efetivo no CAM, hoje refletida em sua banda, apenas uma, quando deveriam ser duas, cada qual com 41 integrantes e não somente os 38 da atual composição; em sua orquestra, que deveria ter 60 músicos, em vez dos 42 que possui; e em sua Amos, que deveria ter 21 membros, e não apenas 15.

– Pedido de providências ao Comando-Geral da PMMG, à SEF, à Seplag e à Secretaria-Geral do Estado para sejam destinados recursos orçamentários ao CAM, em caráter prioritário e em montante suficiente, a fim de viabilizar a aquisição e de prover a manutenção de todos os instrumentos musicais necessários à continuidade dos relevantes trabalhos executados e dos serviços prestados pela banda, pela orquestra e pela Amos do CAM, que resultam em impacto positivo na imagem da corporação junto à população, na possibilidade de maior aproximação social em diversas localidades e, conseqüentemente, na maior eficácia da prestação do policiamento ostensivo no Estado.

– Pedido de providências ao Comando-Geral da PMMG, à SEF, à Seplag e à Secretaria-Geral do Estado para sejam destinados recursos orçamentários ao CAM, em caráter prioritário e em montante suficiente, a fim de restabelecer condições estruturais minimamente satisfatórias para as atividades dos policiais militares músicos, com especial atenção para as seguintes questões: situação do telhado de todos os prédios, com vários pontos de infiltração, vazamentos e buracos; precariedade das instalações elétricas, já tendo até ocorrido um início de incêndio devido a curto-circuito; inexistência de tratamento acústico na sala da banda, o que inclusive ocasiona insalubridade, devido à exposição prolongada e inadequada a determinados tipos de sons; presença de mofo, trincas e rachaduras em diversas paredes internas dos prédios; péssimo estado de certos itens do mobiliário, a exemplo dos scaninhos dos vestiários, das mesas e cadeiras da copa e das acomodações na sala para a guarda de instrumentos; e utensílios e equipamentos de uso cotidiano deficitários, como televisão e eletrodomésticos da copa.

– Pedido de providências ao Comando-Geral da PMMG para que seja cessado, de imediato e em definitivo, o empenho dos policiais militares músicos do CAM nas atividades do Batalhão Metrópole, haja vista eles não serem da área administrativa, não podendo, portanto, serem considerados nem escalados como tal; a sobrecarga e o desrespeito às regras de jornada de trabalho decorrente dos empenhos cumulados do CAM e do Batalhão Metrópole, o que ocasiona, entre outros problemas graves, adoecimentos e absenteísmo; o constatado déficit de efetivo no CAM, cujo quadro atual está bastante aquém do ideal, que seria de duas bandas, e não apenas uma, como a existente, cada qual com 41 integrantes, e não somente os atuais 38, além de 60 músicos na orquestra, em vez dos 42, e 21 na Amos, em vez dos 15; os referidos policiais não serem mão de obra disponível, pois têm suas jornadas integralmente ocupadas com as atividades próprias e particulares do CAM, a exemplo de apresentações em eventos diversos, e não apenas da PMMG, e de ensaios, os quais equivalem a treinamentos permanentes dos demais policiais militares e de eventuais qualificações e formação externas, dada a especificidade do trabalho que executam e do serviço que prestam.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2022.

Sargento Rodrigues, relator.

¹ O Batalhão Metrópole, conforme esclareceu o deputado Sargento Rodrigues, é virtual e empenha o efetivo da área administrativa como reforço ao policiamento ou para suprir a ausência dele.

² Evento destinado ao acompanhamento intensivo anual de temas de políticas públicas, conforme a Deliberação da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nº 2.783, de 2022.

³ Respectivamente, Requerimentos em Comissão nºs 12.949, 12.950, 12.952 e 12.951/2022, aprovados na 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 14/7/2022, às 15 horas.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/8/2022

Às 9h36min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a garantia da qualidade dos serviços públicos

prestados pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo da comissão “Qualidade dos serviços públicos prestados por empresas estatais mineiras” no âmbito do Fiscaliza Mais 2022. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Marina Sanders Paolinelli, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Coletivo Habite a Política; Iracema Generoso de Abreu Bhering, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais – IAB-MG; e Edneia Aparecida de Souza, diretora estadual do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM; e os Srs. Weber Dias Oliveira, diretor-presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab; Wallace Oliveira dos Santos, integrante da Coordenação Estadual do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD; Henrique Oliveira Carvalho, superintendente de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária; e Jairo dos Santos Pereira, integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST. A presidenta passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/8/2022

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.133, que altera a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 36/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.144, que acrescenta dispositivos à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 37/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.149, que acrescenta artigos à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações com pessoas que atuam na área de psicologia da educação, por ocasião dos 60 anos da psicologia.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2022, às 10 horas, às 11h30 e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

Andréia de Jesus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com os moradores de Congonhas e região, os transtornos e os impactos socioambientais resultantes da decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – que autorizou a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – a expandir a capacidade de uma planta de beneficiamento de minério localizada na Mina Casa de Pedra, no referido município.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2022, às 9 horas, em Pedro Leopoldo, com a finalidade de, em audiência pública, debater a implantação de um terminal logístico no município e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2022.

João Leite, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/8/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Fernando Ségis Menandro Garcia de Freitas, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Bruna Micheliny Batista Pereira Ottoni, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

nomeando Cleiton Matos Silva, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 61/2022

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 110/2022

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/9/2022, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de material gráfico, papéis e utensílios para encadernação.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 79/2022

Número no Siad: 9317873-2/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belta Tecnologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta, análise e diagnóstico da qualidade do ar interior dos ambientes climatizados do Palácio da Inconfidência e seus anexos. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 4/9/2022 a 3/9/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).